

O bilhão da graduação

Editorial

27.1.80

O GLOBO

JOSÉ TADEU JORGE

No momento em que o Governo deixou claro que, no campo da educação, suas prioridades estariam voltadas para o ensino básico e para a expansão do ensino técnico profissionalizante, recebeu-se, no meio acadêmico, que as universidades passariam poucas e boas.

A troca de mão dos investimentos, dizia-se, certamente levaria ao sucateamento de laboratórios, à desatualização de acervos bibliográficos e à consequente queda da qualidade do ensino e da pesquisa. Ter-se-ia o caso em que a melhora do ensino de Primeiro e Segundo Graus, em vez de solucionar um problema, apenas o inverteria.

O anunciado investimento de um bilhão de reais, no contexto de um programa de modernização e qualificação do

ensino superior, inédito na história dos cursos de graduação brasileiros, reverte essa expectativa. O Governo dá mostras de que não esqueceu a complementariedade dos estamentos.

Além disso, ao condicionar as liberações de recursos à apresentação de projetos, o Ministério da Educação sabiamente afasta a via do critério meramente distributivo e se atém ao processo canônico de valorizar a competência e investir na produtividade.

Direcionar o investimento para a graduação permite preencher uma lacuna histórica no país, uma vez que os órgãos de fomento atuantes voltam-se quase que unicamente para o auxílio à pesquisa. As áreas determinadas para a apresentação de propostas (estrutura física, bibliotecas, informatização e hospitais universitários) cobrem um leque de necessidades amplo o bastante para permi-

tir às instituições viabilizar projetos que incluam meios modernos de atualização de conhecimentos e recursos adequados para um ensino mais eficiente.

Parece importante não desperdiçar a ocasião de, em face do tamanho do investimento, vincular a concessão dos recursos à existência de um projeto acadêmico consistente, adequado às necessidades regionais, que tenha clareza de propósitos, e, principalmente, que apresente critérios de avaliação do impacto resultante do dinheiro empregado.

Trata-se, na verdade, do momento ideal para que as universidades repensem seus cursos de graduação a partir de um questionamento franco da qualidade do ensino que oferecem, do perfil dos profissionais que estão sendo formados, de seu grau de comprometimento com os problemas da sociedade e da avaliação objetiva de seus indicadores de

desempenho.

Cabe ao MEC estar atento a estas questões para colocar-se na situação de conceder recursos somente aos projetos de qualidade acadêmica inquestionável. A observância irrestrita ao princípio da qualidade atenua, sob muitos aspectos, a controvertida decisão de beneficiar as instituições privadas de ensino superior com recursos do programa. Se essas instituições devessem ser compelidas a oferecer uma compensação social ao Governo, como parece justo, uma idéia possível é que elas venham a ressarcir a sociedade através da concessão de bolsas a um determinado número de estudantes de baixa renda familiar, segundo critérios que o próprio Governo controlaria, franqueando o acesso ao ensino superior a muitos jovens que de outra maneira não o teriam.

Bem vista a coisa, pode-se dizer que o

programa urdido pelo ministro Paulo Renato tem embocadura suficiente para representar um ponto de partida para muitas universidades e, para outras, a consolidação de sua qualidade.

Quiçá possa levar também a uma melhor organização do sistema segundo uma distribuição de competências definidas, de acordo com um mundo que vem tendo seus modos de produção profundamente alterados e, na esteira desse fenômeno, também os perfis profissionais de que o país necessita. Sabemos que esse caminho passa necessariamente pela concessão da autonomia às universidades públicas e pela implantação de um processo de avaliação amplo, criterioso e transparente.

JOSÉ TADEU JORGE é pró-reitor de desenvolvimento da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).